

Mestrado em Educação para a Saúde

Do acolhimento à autonomização: Perceções dos jovens que viveram institucionalizados

Alcídia Muna Sanhá Mendes Cabral

Coimbra, 2017



esec
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO



Alcídia Muna Sanhá Mendes Cabral

Do acolhimento à autonomização:
Perceção dos jovens que viveram institucionalizados

Dissertação de Mestrado em Educação para a Saúde, apresentada à Escola Superior de Educação de Coimbra e à Escola Superior de Tecnologia da Saúde para obtenção do grau de Mestre

Constituição do júri

Presidente: Prof. Doutora Filomena Teixeira

Arguente: Prof. Doutora Fátima Ney Matos

Orientador: Prof. Doutora Margarida Pocinho

Co-orientador: Mestre Dra. Fernanda Gaspar

Setembro, 2017

Agradecimento

De uma forma geral, quero agradecer a todas as pessoas que direta ou indiretamente fizeram parte do meu trabalho.

Começo por expressar a minha gratidão e todo o meu amor incondicional às minhas melhores amigas, mãe e à minha irmã gêmea Maimuna, que são tudo para mim. Por todas as adversidades da vida que passámos, luto por mim e por vocês.

Entretanto, desejo salientar a minha gratidão ao Sr. Padre Serra por me ter acolhido durante onze anos no Lar “O Girassol”, onde nunca seria a mesma se não lá tivesse vivido. A verdade é que noventa por cento de mim, agradece o facto de ter vivido no Girassol, os meros dez por cento ainda tentam entender porque assim foi. “Foi a vontade de Deus”, que me fez acreditar, com toda a fé, no sr. Padre Serra. Um obrigada às funcionárias do lar, em especial às “miguitas” que fizeram parte do meu crescimento, D. Fátima do Carmo, D. São Letra e D. Sónia Lima.

Agradeço, de coração a toda equipa da PAJE (Plataforma de Apoio a Jovens Ex-Acolhidos), especialmente aos que tanto admiro, professor Dr. João Pedro Gaspar e à psicóloga e minha coorientadora Dra. Fernanda Gaspar que nunca desistiram de mim, mesmo nos momentos que eu deixei de acreditar na minha pessoa. Obrigada por serem mais do que meus amigos, obrigada por me prestarem todo o tipo de apoio que um jovem Ex-acolhidos necessita e obrigada por me deixarem transbordar a minha eterna gratidão, fazendo parte da vossa equipa. Quando for grande quero ser como vocês!

Quero agradecer à minha orientadora, Dra. Margarida Pocinho que achou que era possível até ao último minuto. Obrigada, de coração, por toda a envolvimento à volta deste estudo. Foi muito mais do que uma orientadora.

Não posso deixar de agradecer às amigas que a vida me proporcionou, a professora Ana Pinho, a psicóloga Dra. Luiza Lima e à Vanessa Genro. Obrigada por todo o carinho e incentivo.

Deixo um agradecimento especial aos meus irmãos de “luta”, jovens ex-acolhidos e atuais institucionalizados por aceitarem participar, acreditando, tal como eu, que este projeto vale a pena. Dedico este projeto a todos nós.

RESUMO

Além do desafio de uma experiência de acolhimento institucional, estes jovens enfrentaram prematuramente a responsabilidade de se tornarem autossuficientes quando, aos 21 anos, findou a medida de proteção e promoção. Na ausência de uma retaguarda familiar capaz de se constituir como uma rede de segurança e apoio ao desenvolvimento integral espera-se que o jovem tenha adquirido, até então, uma qualificação escolar e profissional que lhe garanta colocação no mercado de trabalho e, consequentemente, uma remuneração que lhe permita viver condignamente após a saída da instituição e lidar com os desafios de uma vida autónoma em condições favoráveis ao seu desenvolvimento. Mas este processo nem sempre é conseguido da melhor forma quer por fragilidades institucionais quer por ser suscetível de ser afetado por outros fatores de risco ambientais e individuais como suporte social e oportunidades de emprego, atrasos no desenvolvimento de competências, baixa resiliência, pouco incentivo, etc. Neste sentido o estudo aqui apresentado centra-se na análise das trajetórias de vida de jovens e jovens adultos Ex-acolhidos em Lares de Infância e Juventude (LIJ), com o intuito de compreender pela voz dos mesmos, de que forma a medida de institucionalização se reproduziu neles. Pretende-se ainda conhecer a percepção que os ex-utentes têm do apoio e a formação que lhes foi proporcionada enquanto institucionalizados, e o eventual contributo na sua posterior integração nos diferentes contextos da vida. Neste estudo, a metodologia utilizada foi a entrevista individual semiestruturada, aplicada a doze sujeitos de ambos os sexos. Foi realizada a análise da temática, através das seguintes categorias: a relação familiar antes da institucionalização, o balanço do seu percurso durante a institucionalização e a sua autonomia depois da saída da instituição.

São apresentados e discutidos os resultados relativos a diversas categorias que englobam o acolhimento residencial. Conclui-se que, apesar do panorama globalmente desfavorável do processo de institucionalização, foram percecionados pela maioria dos sujeitos aspetos positivos da institucionalização, nomeadamente, como sendo um grande pilar nas suas vidas, na medida em que os ajudou no desenvolvimento de valores, de competências pessoais e profissionais/académicas

Palavras-chave: Crianças e jovens institucionalizados; autonomia; autonomização acolhidos; perceção; institucionalização

ABSTRACT

Beyond the challenge of institutional childcare experience, these youths faced prematurely the responsibility of becoming self-reliant when, at the age of 21 years, ended the measure of protection and promotion. In the absence of a family able to rear constitute as a security network and integral development support, it is expected that the youngsters has acquired, until then, a school and professional qualification that ensures placement in the labour market. Therefore they should be able to obtain a remuneration that enables it to live decently after the departure of the institution and dealing with the challenges of an autonomous life in favourable conditions to their development. But this process is not always achieved the best way either by institutional weaknesses or by other individual and environmental risk factors. This study focuses on the analysis of the life trajectories of youths and youngsters living in foster homes in order to understand, what's the measure of institutionalization reproduced in them. It is intended to know if this youngsters who was living in foster homes have the support and training offered to them while they were institutionalized and the possible contribution on their subsequent integration in different contexts of life. The methodology used in this study, was the semi-structured interview, applied to twelve subjects of both genders. The thematic analysis was carried out through the following categories: the family relationship before institutionalization, the balance of its course during institutionalization and its autonomy after leaving the institution.

The results were presented and discussed in several categories that include residential care. It is concluded that, despite the overall unfavourable outlook of the institutionalization process, most of the subjects perceived positive aspects of institutionalization, namely as a major pillar in their lives, as it helped them to develop values, personal, professional and academic skills.

Keywords: children and youth in foster homes; autonomy; perception; institutionalization

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
ENQUADRAMENTO	3
1. INSTITUCIONALIZAÇÃO	5
1.1- O conceito de institucionalização	5
1.2- A evolução Institucional em Portugal	7
2. Desinstitucionalização/Autonomização	9
METODOLOGIA	11
RESULTADOS	17
DISCUSSÃO	25
CONCLUSÃO	31
BIBLIOGRAFIA	36
Anexos	38

LISTA DE SIGLAS

LIJ- Lar de Infância e Juventude

PAJE- Plataforma de Apoio a Jovens Ex-Acolhidos

CPCJ- Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

ECMIJ- Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude (ECMIJ)

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Características do Sujeitos de Estudo	14
Tabela 2: Distribuição das variáveis temporais associadas à institucionalização	19
Tabela 3: Razões que conduziram à institucionalização.....	19
Tabela 4: Primeiro impacto da institucionalização.	20
Tabela 5: Percepção acerca de aspetos positivos da institucionalização.	21
Tabela 6: Percepção relativa aos aspetos negativos da institucionalização.	21
Tabela 7: Percepção acerca do desenvolvimento de competências para a autonomia.	22
Tabela 8: Percepção do apoio após a saída da institucionalização	22
Tabela 9: Pontuação atribuída institucionalização.....	23
Tabela 10: Projeto de vida.....	23

INTRODUÇÃO

A presente dissertação – Do acolhimento à autonomização: percepção dos jovens que viveram intitucionalizados – foi realizada no âmbito do Curso de Mestrado em Educação para a Saúde.

Na perspetiva de Gaspar (2014, pp. 56–57), para estudar este tema, torna-se crucial sentir as “ocorrências do acolhimento, embrenhar-se nas adversidades das vidas dos menores institucionalizados, respirando o mesmo ar, para que a confiança entre o investigador e os intervenientes possa fazer emergir os sentimentos e as percepções mais próximas da realidade”. O autor, considera ainda relevante, que seja uma pessoa com a qual houve partilha de experiências, para que não haja inibição nas narrativas.

Nesse sentido, a principal motivação para este estudo deve-se ao facto da mestrandia ter sido uma jovem institucionalizada, no período entre o ano de 1999 até 2011, data em que atingiu a idade máxima de permanência na instituição. A esta motivação, acresce o facto de ser, atualmente, voluntária numa associação que apoia jovens Ex-acolhidos. Assim, por ter vivido esta realidade e por acompanhar outros jovens nas mesmas situações, desejou, desde logo, querer ir mais longe, não só auxiliando, como também dotar-se de um conhecimento mais profundo acerca desta realidade.

Segundo Sousa (2015), a institucionalização tem a longa tradição nas sociedades ocidentais. Durante décadas, o acolhimento institucional foi dirigido a crianças e jovens que tinham carências no que diz respeito à proteção familiar e social.

Bernardi (2010, citado por Alves, 2014, p. 19) caracteriza abrigo institucional, como uma resposta que faculta “acolhimento, cuidado e espaço de desenvolvimento e socioeducação para grupos de crianças e adolescentes, cujas famílias ou responsáveis encontram-se impossibilitados de cumprir estas funções”.

Atendendo a que uma intervenção precoce, para uma autonomização bem sucedida é indubitavelmente, um ponto-chave, é fundamental referir que as instituições têm um papel crucial na preparação dos jovens para a autonomia.

ENQUADRAMENTO

1. INSTITUCIONALIZAÇÃO

1.1- O conceito de institucionalização

A institucionalização ou acolhimento institucional de crianças e jovens tem uma longa tradição no ocidente, havendo registos da sua existência na Grécia Antiga e no Império Romano (Vicente, 2009). Ao longo dos tempos foi assumindo diferentes formatos consoante a utilidade social que lhe era atribuída sob a influência direta das ideologias dominantes (Martins, 2004 citado por Vicente, 2009).

Para Gaspar (2014), não seria difícil de prever que a incerteza económica à escala nacional e global, com consequências morais e sociais, recairia sob a faixa etária mais suscetível como as crianças e jovens, levando à institucionalização dos mesmos.

São diversas as causas que podem levar a criança ou o jovem a serem institucionalizados, tais como: maus tratos físicos e psicológicos, espelhados em comportamentos como o exercício abusivo de autoridade, negligência ao nível da saúde ou educação, abusos sexuais (violação, prostituição infantil, pornografia infantil), exploração de trabalho infantil (mendicidade), suporte familiar inexistente (seja por abandono, orfandade) como nos casos dos pais toxicodependentes ou pais presos (Pires, 2011).

A natureza dos laços emocionais construídos desde os primeiros tempos de vida, assume especial relevância ao longo do desenvolvimento psicológico da criança e do jovem (Matos, 2008, citado por Mendes, 2011). Ora se ela é retirada do seu seio familiar, isso vai representar uma transição difícil. Em geral, nunca aceitam bem a chegada à instituição e isso acarreta-lhes muitas vezes consequências, tais como a frustração, a mágoa, a falta de autoestima, a perda da confiança, a revolta, etc. Os jovens criados em instituições acabam por ter uma valorização negativa do mundo e de si próprias e, apesar de terem o direito de viver numa família (biológica ou substituta) são privadas desta possibilidade (Strecht, 1998, citado por Mota & Matos,

2008). Nas palavras de Mota e Matos (2008), não é estranho, por isso, que para estes jovens a instituição seja símbolo de um último recurso, onde não escolheram estar. A chegada à instituição pode ser vivida como uma perda ou rejeição por parte da família, que, por muito disfuncional que possa apresentar-se, traduz no mundo interno dos jovens um sentido de pertença (J. P. Gaspar, 2014).

Strecht (2003, citado por Araújo & Mota, 2012), alerta para a importância de se trabalhar o mais cedo possível com estes menores por forma a evitar que percursos mal adaptativos venham a ocorrer. Torna-se importante continuar a dar consistência aos laços emocionais destes jovens, para que desta forma haja progresso no sentimento de segurança, de confiança e na construção de identidade (Van Wel et. al, 2002, citado por Araújo & Mota, 2012).

Contudo, para Sousa (2015) a institucionalização é um conceito ambivalente, pois apesar de se constituir como uma medida de proteção que tem como objetivo retirar a criança ou jovem de um meio de risco, pode vir a ser uma ponte para outros riscos sociais tais como a ausência de sentimentos de pertença, a dificuldade em estabelecer relações de proximidade e afetividade, a perda de uma estrutura e identidade familiar e uma maior probabilidade de gerar problemas sociais. Para minimizar esses riscos, o artigo 49.º da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro menciona que é necessária “a colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamentos de acolhimento e de uma equipa técnica que lhes garantam os cuidados adequados às suas necessidades e lhes proporcionem condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral (Diário da República, 1999, citado por Sousa, 2015).

No ponto de vista de Parker (2002, citado por Quintães, 2009), apesar da maior parte destas instituições, possuir uma equipa de profissionais, não facultam respostas terapêuticas precisas e continuamente aplicadas. Por sua vez, a falha em facultar respostas terapêuticas adequadas invalida a intervenção dado que a orientação terapêutica é crucial para se intervir na sua fase de adaptação ao contexto residencial (Calheiros et al, 1993, citado por Quintães, 2009).

Para Ferra (2010) torna-se fundamental que se desenvolva não só a intervenção junto das crianças dentro das instituições, como também o acompanhamento com as famílias com o intuito de cessar os riscos que levaram à determinação do acolhimento institucional.

Ao longo dos tempos, tem se verificado reajustes e progressos no objetivo e trabalho das instituições. No século passado, considerava-se fator de bem-estar social e proteção, isolar da sociedade os delinquentes, indigentes e abandonados. Atualmente, privilegia-se a integração dos indivíduos na sociedade, dando suporte a uma vertente pedagógica dos mesmos (Alves, 2007, citado por Sousa, 2015).(Sousa, 2015)(Sousa, 2015)(Sousa, 2015)(Sousa, 2015)(Sousa, 2015)(Sousa, 2015)(Sousa, 2015)(Sousa, 2015)(Sousa, 2015)(Sousa, 2015)

1.2- A evolução Institucional em Portugal

Em Portugal, o surgimento do Cristianismo causou alguns progressos, ainda que os casos de crianças recém-nascidas abandonadas continuasse. As Misericórdias e as instituições de raiz cristã eram as únicas responsáveis pelas intervenções com os bebés que eram deixados nas entradas de conventos, mosteiros, igrejas e outras casas religiosas ou até hospitais (J. P. Gaspar, 2014).

A partir do séc. XVI podemos atribuir a proteção, de uma forma mais organizada, das crianças abandonadas à tutela das autoridades municipais que, para o efeito, dispunham de equipamentos não específicos como hospitais, albergues ou similares, entre outros (Vicente, 2009).

Nos séculos XVII e XVIII ainda se verificava um elevado número de crianças abandonadas, o que levou D. Maria I a implementar normativos legais que serviram de sustentação o acolhimento das crianças em instituições. Como consequência do terramoto de 1755, que ocorreu em Lisboa surge em 1780 a Casapia de Lisboa que recebia crianças órfãs e abandonadas e outros necessitados (Vilaverde, 2000; Amado et. al, 2003, citado por Mota & Matos, 2008).

Já em 1911, o Estado começa a mostrar preocupação e interesse por assuntos relacionados com menores desprotegidos e abandonados, formalizando assim a Lei da Infância e da Juventude (J. P. Gaspar, 2014). A aprovação desta lei, coloca Portugal como um dos primeiros países a aplicar tratamentos judiciais diferenciados para crianças e jovens. Esta lei regulamenta que as crianças e jovens até aos dezasseis anos, vítimas de maus-tratos e autoras de crimes, são dignas da intervenção tutelar do Estado de forma a possibilitar a sua proteção e a prevenção da delinquência (J. P. Gaspar, 2014). Em 1962 é aprovada a Organização Tutelar de menores e em 1978 voltou a ser revisto e permaneceu em vigor até ao final do ano de 2000 (Araújo & Mota, 2012). Os mesmos autores, afirmam que as intervenções começaram a poder ser realizadas por outras entidades como Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (CPCJP), Tribunais por Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude (ECMIJ).

Segundo Alves (2007, citado por Sousa, 2015), em Portugal, encontramos três níveis de respostas ao nível da institucionalização de crianças e jovens em situações de risco: acolhimento de emergência, o acolhimento temporário e o acolhimento prolongado. Na primeira, trata-se de uma resposta social em que o menor é acolhido numa Unidade de emergência num período máximo de 48 horas. Depois de avaliada a circunstância da retirada da criança, esta será colocada numa Casa de Acolhimento ou regressa à família de origem.

No Acolhimento Temporário, o menor não deve permanecer de um período máximo de seis meses. Para além de ter como finalidade proporcionar e satisfazer as necessidades básicas dos que são acolhidos, o acolhimento temporário tem por objetivo a elaboração de um correto diagnóstico de toda a situação do menor para depois se determinar o encaminhamento mais apropriado para o caso (Sousa, 2015).

No acolhimento prolongado, que acontece quando se verificam situações de perigo mais complexas que põem em causa o total bem-estar da criança e do jovem, permite o encaminhamento do menor para os Lares de Infância e Juventude (LIJ), onde poderão permanecer até atingirem a maioridade ou segundo a terceira alteração da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99), até aos 25 anos, no

caso de processos educativos ou de formação profissional. Os LIJ são, do ponto de vista da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR, 2000, p.16), uma resposta de proteção conhecida como “medida de fim de linha” (Sousa, 2015).

Existem ainda outros tipos de respostas de acolhimento, como Comunidade Terapêutica e Comunidade de Inserção, Apartamentos de Autonomização, Casa Abrigo, Lares Residenciais e Centros de Apoio à Vida (J. P. Gaspar, 2014).

2. Desinstitucionalização/Autonomização

Se a criança desconhecia o seu destino quando entrou na instituição, ainda mais desconhece o seu rumo depois da saída da instituição (Martinez & Soares-Silva, 2008). O processo de saída das instituições, tal como o processo de chegada traduz-se numa etapa vivenciada de forma negativa, pois poderá acarretar várias emoções difíceis de suportar pelo jovem: indignação, liberdade, melancolia, sofrimento, entre outros (Mendes dos Santos, 2010; fundação Calouste Gulbenkian, 2015, citado por Pereira, 2016). Assim, trabalhar a autonomia destes jovens desde cedo deve ser uma das funções das instituições de acolhimento.

Segundo Oliveira e Siqueira (2004, citado por Pires, 2011), a palavra autonomia tem origem na palavra grega autos (próprio) e da palavra nomos (norma, lei) e significa a autodeterminação da pessoa em relação à sua vida.

A autonomia exerce uma posição fundamental na independência do jovem, uma vez que é com base nela que o jovem se vai integrar na sociedade (Sousa, 2015).

Ensinar e treinar competências em jovens que se encontram em contexto institucional torna-se ainda mais difícil. Não só se pode basear num conteúdo teórico, mas também nas vivências da instituição de acolhimento, no seu quotidiano, na intervenção elaborada continuamente pelos cuidadores, bem como mostrar aos acolhidos como é de facto a vida fora da instituição (Sousa, 2015).

Desta forma, as instituições tornam-se encarregues do processo de desinstitucionalização dos jovens, dado que também influenciarão o contexto social depois da saída da instituição. Dentro da mesma perspetiva, estudos referem que existe ligação entre o desenvolvimento da autonomia, o nível de autoestima e o bem-estar psíquico, no sentido em que, “quando proporcionado o desenvolvimento da autonomia, mais elevada é a autoestima e menos são os comportamentos depressivos” (Sousa, 2015, p. 26).

A conceção de autonomia está associada a diversas características “separação-individuação; maturidade psicossocial, capacidade de autorregulação, autocontrolo, autoeficácia, autodeterminação, capacidade de decisão e independência” (Velo, 2014, citado por Sousa, 2015, p. 25).

A autonomia não só deve englobar o nível pessoal e psicológico, como também deve ter em conta aquisição de alicerces e habilidades funcionais que capacitem o indivíduo a uma plena emancipação, como a autonomia nas vertentes económica, profissional, bem como conceitos para formação da vida pessoal e familiar (Sousa, 2015).

Assim, Leandro et al. (2006, citado por Pires, 2011) afirmam que é importante reforçar nos acolhidos competências sociais, que sejam muito parecidas a um paradigma familiar, de forma a incentivá-los a participarem na preparação da comida, gerindo equipas para a gestão doméstica na cozinha, assim como na compra de produtos alimentares. Trata-se de uma forma de potencializarem nestes jovens, a capacidade de realizarem escolhas perspicazes. Sousa (2015, p. 30) acrescenta ainda a importância de aprender a arrumar “espaços, saber procurar informação e recursos e utilizar os vários serviços da comunidade (centro de saúde, finanças, segurança social)”.

Para além disso, o acompanhamento e apoio pós-acolhimento tem também nestes jovens uma importância acrescida (Mendes dos Santos, 2010, citado por Pereira, 2016). Também a investigação realizada por Lima (2010, citado por J. P. Gaspar, 2014), indica que o suporte ao cumprimento de um projeto de vida deve permanecer depois da saída da instituição.

METODOLOGIA

Capítulo II- Metodologia do Projeto

Diagnóstico da Situação e dos Objetivos

A Plataforma PAJE é uma associação sem fins lucrativos fundada no início de 2016, com o objetivo de apoiar jovens com historial de acolhimento residencial. Impedida ainda de concorrer a apoios estatais ou comunitários (por ainda não ter completado dois anos de existência), a Plataforma funciona totalmente com base no voluntariado, angariando fundos através de bem-feitores e campanhas. Embora em regime de voluntariado, o trabalho diário é assegurado por uma equipa multidisciplinar pautada pela singularidade, personalização e ajuste às características de cada jovem e das suas necessidades. Estes casos divergem desde apoios de emergência (alimentação, vestuário e alojamento, entre outros), de necessidades pontuais (assuntos burocráticos) até à necessidade de acompanhamento a vários níveis (psicológico, aconselhamento, desenvolvimento de competências a todos os níveis). A Plataforma promove a autonomia através do desenvolvimento de competências profissionais, sociais e emocionais, o que já permitiu a inserção profissional e em cursos de formação profissional de vários dos jovens apoiados.

Objetivo geral:

Conhecer as perceções, atribuições e narrativas que os ex-acolhidos têm da vivência durante o período de institucionalização e após a autonomização.

Objetivos específicos:

- Conhecer os diversos contextos associados à institucionalização.
- Conhecer qual o impacto da institucionalização.

- Conhecer se foram desenvolvidas as competências pessoais e sociais para a vida pós-instituição (Autonomia).
- Conhecer a perceção acerca do apoio após à saída da instituição.
- Conhecer os valores adquiridos pela vivência numa instituição.
- Valorização dada à institucionalização.

Participantes

Participaram neste estudo doze jovens Ex-institucionalizados, de ambos os sexos, existindo, no entanto, nesta amostra mais raparigas do que rapazes. Todos os sujeitos estiveram em instituições da região de Coimbra, sendo este um fator comum.

A tabela seguinte caracteriza a amostra:

Tabela 1:

Características dos Sujeitos de Estudo

	Característica/Variável	N	Percentagem %
<i>sexo</i>	Feminino	8	66,6
	Masculino	4	33,4
	19	2	16,7
	22	1	8,3
	23	1	8,3
	24	1	8,3
<i>Idade (anos)</i>	25	1	8,3
	26	2	16,7
	27	2	16,7
	28	2	16,7
	Portugal	8	66,7
<i>Naturalidade</i>	Guiné-Bissau	3	25
	Rússia	1	8,3
<i>Residências</i>	Coimbra	10	83,3
	Lisboa	2	16,7
Total		12	100

Verifica-se que 67% da amostra é do sexo feminino; as idades variam entre os 19 e os 28 anos; grande parte da amostra é natural de Portugal; atualmente, 83% dos participantes vivem em Coimbra e o restante em Lisboa.

Instrumentos de Avaliação

Neste projeto foi utilizado o método qualiquantitativo e para isso foram realizadas entrevistas individuais semi-estruturadas (Ver anexo 1).

Para além do trabalho com os Ex-acolhidos, criamos duas atividades que permitiram a interação dos Ex-acolhidos com as crianças e jovens institucionalizados.

No decorrer das atividades, foi utilizado como instrumento de avaliação, a observação direta que possibilitou a análise do decorrer das duas sessões realizadas em cada instituição, de forma avaliar o feedback dos participantes.

Depois da realização das atividades foi utilizado um questionário de avaliação das mesmas, a preencher pelos jovens Ex-acolhidos e pelas crianças e jovens institucionalizados. Foi ainda elaborada a análise da temática com base no guião temático (Ver anexo 2).

Só foi realizada o registo fotográfico numa das instituições, uma vez que as outras casas de acolhimento não autorizaram a recolha de imagens.

Após a finalização das entrevistas e atividades, os dados foram agrupados em Excel, importados para SPSS e efetuada uma análise estatística descritiva.

Procedimentos

Planeamento

Como planeamento, criou-se entrevistas semi-estruturadas em que foram definidos três grandes tópicos. O primeiro é relativo à relação familiar antes da institucionalização. O segundo refere-se às experiências vividas antes da instituição. Por fim, o terceiro tópico diz respeito à pós-institucionalização, ou seja, ao processo de autonomização dos participantes.

As entrevistas foram realizadas presencialmente e gravadas em formato áudio, sendo a componente realizada no local e horário mais adequado a cada

participante. Estas tiveram início no dia 19 de abril a 4 de julho, uma vez que teve que alterar as datas porque alguns dos sujeitos não se encontravam disponíveis.

Além das entrevistas, surgiu a ideia de implementar atividades em instituições que aceitaram participar, não sendo, contudo, objeto de estudo, mas um momento de partilha e vivências experienciadas pelos jovens ex-acolhidos em conjunto com os institucionalizados (Ver anexo 3).

Questões éticas

Procedeu-se ao pedido de autorização e ao compromisso junto dos participantes e das instituições, garantindo a confidencialidade e o anonimato das respostas veiculadas, obtendo, assim, o consentimento informado (Ver anexo 4 e 5)

Para assegurar aspetos relacionados com a fidelidade e a validade do estudo, procurou-se salvaguardar as questões de ordem ética normalmente levantadas quando são utilizadas amostras muito pequenas e informações verdadeiramente pessoais.

Recursos

O quadro que se segue mostra os recursos que foram utilizados no âmbito destas atividades

Quadro 1:
Recursos

	Recursos Humanos	Recursos Materiais
Entrevista	Mestranda	Gravador
Semi-Estruturada	Jovens Ex-acolhidos	Guião Entrevista Consentimento Informado

RESULTADOS

Resultados

Após exploração dos procedimentos utilizados na entrevista semi-estruturada e recolha das informações, é feita a análise dos resultados.

A tabela 2 dá-nos a informação da institucionalização e desinstitucionalização dos jovens entrevistados (n = 12).

Tabela 2:
Distribuição das variáveis temporais associadas à institucionalização

	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Quantas Instituições	1	3	1,33	0,65
Idade Institucionalização	3	15	7,67	3,45
Tempo Institucionalização	4	17	12,50	3,73
Idades Saída Instituição	18	22	20,08	1,44

Como se pode observar, os participantes viveram, em média, numa única instituição. Quanto à idade da institucionalização variou entre os 3 anos e os 15 anos, e o tempo da institucionalização oscilou entre os 4 e os 17 anos. No que diz respeito à idade da saída da instituição o resultado variou entre os 18 anos e os 22 anos.

A tabela 3 apresenta as razões que conduziram os ex-acolhidos à institucionalização. (n=12)

Tabela 3:
Razões que conduziram à institucionalização.

	n	%
Alcoolismo e toxicodependência dos progenitores	3	25,0
Maus tratos	1	8,3
Condições para estudar	2	16,7
Falta de condições financeiras	4	33,3
Tráfico de drogas progenitores	2	8,3
Total	12	100,0

Verifica-se que a razão predominante da institucionalização foi a falta de condições financeiras em 33,3% dos casos seguido do alcoolismo e toxicodependência dos progenitores, em 25% dos participantes.

A tabela 4 representa o impacto percecionado pelos participantes no primeiro dia da institucionalização.

Tabela 4:
Primeiro impacto da institucionalização.

	n	%
Chorar	6	50
Felicidade	2	16,7
Estranhar	2	16,7
Não recorda	2	16,7
Total	12	100,0

Verifica-se que o primeiro impacto da institucionalização foi bastante negativo, dado que 50% dos participantes declararam que choraram bastante no primeiro dia e durante os primeiros tempos da adaptação e que apenas 16,7% sentiu felicidade nesse momento.

Questionados sobre os aspetos positivos da vivência na institucional, os participantes deram as seguintes respostas, presentes na tabela 5.

Tabela 5:
Percepção acerca de aspetos positivos da institucionalização.

	n	%
Amizades	8	50
Possibilidade Formação Académica/Profissional	2	16,7
Aquisição Valores e Competências Pessoais	2	16,7
Total	12	100,0

Como se pode ler na tabela precedente, 50% dos participantes afirmam que as amizades que fizeram com outros companheiros da instituição é um dos aspetos positivos que sobressaem das suas vivências nas instituições.

A tabela 6 apresenta os aspetos negativos da institucionalização, percecionados pelos sujeitos.

Tabela 6:
Percepção relativa aos aspetos negativos da institucionalização.

	n	%
Falta de competências pessoais e profissionais dos cuidadores	6	50
Distância da família	2	16,7
Falta de individualização	2	16,7
Falta de liberdade	2	16,7
Total	12	100,0

Como se pode constatar, metade dos participantes consideram a falta de competências pessoais e profissionais dos cuidadores, como aspeto negativo da institucionalização.

Quando questionados se a instituição desenvolveu as competências necessárias para a autonomização, os sujeitos deram as respostas presentes na tabela 7.

Tabela 7:

Perceção acerca do desenvolvimento de competências para a autonomia.

	n	%
Sim	3	25
Existem projetos mas não se praticam	1	8,3
Não	8	66,7
Total	12	100,0

Como é evidenciado na tabela precedente, 67% dos participantes afirma não terem sido desenvolvidas as competências importantes para o desenvolvimento da autonomia.

A tabela 8 apresenta perceções do apoio após a saída da institucionalização

Tabela 8:

Perceção do apoio após a saída da institucionalização

	n	%
Sim	8	66,7
Não	4	33,3
Total	12	100,0

Como se pode observar, 67% dos participantes afirmam não ter havido respostas e apoios no período pós-institucionalização.

Quando lhes foi pedido para atribuírem o valor que a instituição teve nas suas vidas, numa escala de 1 a 5 (sendo que 1 é muito mau e 5 é muito bom), os participantes deram as pontuações expressas na tabela 9.

Tabela 9:
Pontuação atribuída institucionalização.

	N	%
1	0	0
2	1	8,3
3	1	8,3
4	3	25
5	7	58,3
Total	12	100,0

Verifica-se que, numa escala de 1 a 5, mais de 80% dos sujeitos consideram que a instituição teve um impacto muito positivo nas suas vidas (pontuações $\geq 5+4$).

Na tabela 10, pode ser observado as respostas à questão “Qual é o seu projeto de vida?”.

Tabela 10:
Projeto de vida

	n	%
Ter uma formação académica superior	10	83,3
Ter um trabalho	2	16,7
Total	12	100,0

A leitura da tabela anterior permite observar que mais de 80% dos jovens ex-acolhidos tem um projeto que passa por uma formação superior e os restantes referem que a sua prioridade é ter um trabalho. Destaca-se, ainda, que a maioria acrescentou a estes projetos a possibilidade de constituir uma família.

DISCUSSÃO

Discussão

Apesar do tamanho reduzido da amostra (n=12), os resultados do nosso estudo vão ao encontro da investigação realizada por Gaspar (2014), que constata que a falta de condições financeiras, o alcoolismo e toxicodependência dos progenitores, a falta de condições para estudar, o tráfico de drogas e os maus tratos são alguns dos motivos que levam à institucionalização da criança ou jovem.: *“só me lembro de levar a primeira e de acordar no hospital em carne viva que nem conseguia mexer da cabeça”*.

Dá-se destaque ao momento de acolhimento, que foi percecionado por 50% dos participantes, de forma negativa: *“eu entrei lá a chorar baba e ranho. Nem tivemos tempo para nos preparar psicologicamente”*. É de salientar o testemunho de um jovem que no primeiro dia foi abordado de forma agressiva por outro jovem acolhido *“ah puto novo, anda cá. Sacou uma navalha, encostou-me a parede e perguntou ‘sabes o que é isto?’”*. De forma a minimizar, estes impactos, a instituição deve intervir com o intuito de cuidar e ajudar a criança ou o jovem a superar os maus momentos, de forma a capacitá-lo a ser resiliente e adaptar-se ao novo contexto (Araújo & Mota, 2012).

No que diz respeito aos aspetos positivos da institucionalização, os resultados mostram que o que mais se destacou, foi a criação de laços de amizade: *“aprendi que ter uma família, apesar de não ser do meu sangue, aparecem pessoas que são tão importantes ao longo da tua vida com uma simples palavra, com um simples sorriso, com uma simples palmada nas costas”*. Esta conclusão aparece numa linha inversa ao referido no estudo de Siqueira e Dell’Aglia (2006, citado por Araújo & Mota, 2012), que afirmam que o acolhimento institucional, além de prejudicar o desenvolvimento psicossocial, também tem influência negativa na criação de vínculos. Porém, os aspetos positivos que aqui são reconhecidos pela amostra, não retiram importância aos aspetos negativos vividos ou sentidos no seu percurso institucional. O aspeto negativo mais percecionado foi a maneira como eram tratados por alguns cuidadores: *“vêem os utentes como objetos...Não sei se esta reportagem vai circular em algum lado mas é uma atençãozinha para os funcionários e futuros*

funcionários.”. É uma afirmação que mostra consenso com o estudo realizado por Quintãs (2009), que referiu que alguns cuidadores foram descritos como distantes e que não reúnem as competências a nível pessoal e profissional para o cargo que exercem.

Independentemente da variação da idade com que saíram da instituição, quando questionados se estavam preparados para a autonomização, 67% dos participantes, mencionaram que não estavam: *“Não, não estava preparado e acho que não conheço uma pessoa que saia da instituição e esteja preparado para enfrentar as coisas aqui fora”*. É uma conclusão que vai ao encontro da pesquisa realizada por Martinez e Soares-Silva (2008), que concluiu que o momento de saída é tido como doloroso, tenso e de algum sofrimento, na medida em que existe receio de enfrentar a transição para uma vida autónoma e independente.

Um dos grandes objetivos deste trabalho era saber se foram desenvolvidas competências para uma vida autónoma fora das instituições, e a maioria afirmou não ter havido qualquer tipo de preparação: *“Deviam ter implementado o normal, aprender a cozinhar, aprender a meter a máquina para lavar, aprender a passar a ferro, as coisas normais que os pais ou tutor legal trata de ensinar aos seus filhos”*. Partindo da mesma perspetiva, Sousa (2015) concluiu que a promoção e o desenvolvimento nos jovens acolhidos, ainda é escassa e defende que é fundamental elaborar planos direcionados à autonomização dos jovens que se encontram acolhidos.

Também no que diz respeito ao apoio depois da saída, uma parte dos sujeitos sentiu-se abandonado: *“É como te mandarem ao rio a primeira vez que não sabes nadar e safa-te se consegues”*; *“nunca mais me ligaram...O que eu sinto agora é que eu não passei de uma peça do trabalho delas, não houve qualquer tipo de amizade ou de carinho de nós termos vivido ali”*; saí um bocadinho de costas viradas com a instituição, aliás *o que eu senti foi que a instituição virou-me as costas*”. Assim, ainda houve quem reconhecesse que existiu apoio após a saída da instituição: *“o apoio que o colégio me deu até ao momento que eu disse ‘vamos cortar relações’*” o que corrobora a afirmação de Quintãs (2009), de que se deve ter em conta a

diversidade de comportamento de cada instituição, já que cada uma é diferente, tem a sua própria forma de intervir e é única.

Apesar deste sentimento de abandono, os sujeitos reconhecem que a instituição teve um forte impacto nas suas vidas, devido a todas as experiências que vivenciaram: *“Aprendi que desistir não é solução para nada”*; *“aprendi que a vida é só uma e que é perante os obstáculos que as pessoas se descobrem”* permitindo compreender a elevada pontuação atribuída à vivência na institucionalização com quase 60% dos participantes a dar a pontuação máxima. Este resultado converge com o estudo realizado por Ferra (2010), em que se considerou que a institucionalização teve grande importância na vida dos sujeitos, no sentido de que foi uma salvação, ensinou a crescer e foi um grande incentivo para estudar.

Com efeito, os Ex-institucionalizados entrevistados referiram todos que tinham um projeto de vida bem definido que ia desde a formação até à constituição de uma família, não esquecendo a obtenção de um meio de sustento através do trabalho. Esta conclusão tem direção contrária às pesquisas realizadas por Gaspar (2011) e Pereira (2016). Com efeito, Pereira (2016) assume no seu estudo que a maior parte dos que se encontram institucionalizados não tem nenhum projeto de vida, uma vez que não tem quem os vá estimulando a delinearem planos de vida futura. Da mesma forma, o estudo de Gaspar (2011) conclui a este respeito, que as instituições definem projetos de vida profissional, mas que nem sempre o fazem com base no interesse e consentimento do próprio jovem.

CONCLUSÃO

Conclusão

Neste estudo não se pretende fazer uma revisão exaustiva sobre institucionalização, e autonomia. Foca-se mais em aprofundar e entender as experiências da institucionalização e desinstitucionalização no ponto de vista de jovens ex-acolhidos.

São conhecidos vários estudos que afirmam que a chegada à instituição cria um grande impacto negativo nas crianças e jovens, o que depois se vai refletir nos seus comportamentos futuros. Nesse sentido, salienta-se que as instituições devem implementar estratégias para minimizar ou atenuar os sentimentos com que chegam, tais como a raiva, a frustração, a tristeza profunda, etc. O acolhimento institucional deve ajudar as crianças e jovens a superar a sua batalha interior e proporcionar-lhes uma adaptação positiva e resiliente, centrando-se na reconstrução das suas identidades, aumento da autoestima e do autoconceito.

No que diz respeito à fase em que estão institucionalizados, os participantes referiram a forma como eram, muitas vezes, tratados por parte de alguns cuidadores, mencionando que eram frios e não reuniam competências pessoais e profissionais compatíveis às suas funções. Destacaram também a necessidade de serem individualizados, na medida em que sentem que eram tratados como “mais um”. Os participantes relatavam, *“os técnicos só davam atenção aquelas crianças que tinham problemas muito graves e esqueciam-se das crianças que, aparentemente, seriam normais e tinham problemas como talvez fosse o meu caso, de outros casos quaisquer que não foram devidamente acompanhados e acabaram por ter corrido mal”*. É de salientar que muitas dessas crianças ou jovens, apesar de demonstrarem estar bem, muitas vezes carregam dentro de si medos, traumas, abandono, pelo que se considera importante intervir com cada criança e jovem, na sua individualidade e valorização pessoal. Realça-se que cada criança ou jovem é diferente como tal deve ser tratado como único e especial, devendo receber também uma atenção pessoal, direcionada à sua opinião, ao seu próprio interesse, às suas escolhas, tendo sempre respeito pelo seu espaço.

No que se refere à autonomização, conclui-se que existem grandes lacunas no que toca à preparação dos jovens. Torna-se crucial que as instituições desenvolvam

competências e mecanismos de suporte para a autonomia e independência destes, na vida fora da instituição. São consideradas essenciais as competências de autonomia a nível emocional, mas também as competências funcionais e as sociais. A título de exemplo: saber lidar com relacionamentos, com a mudança, saber cozinhar, meter a máquina a lavar, gerir o dinheiro, fazer compras, tratar de documentos, entre outros.

Por fim, conclui-se que é primordial criar um apoio após a saída das instituições, pois se as causas que os levaram a ser institucionalizados maioritariamente têm origem no seio familiar, também não podem contar com a família quando saem das instituições. É admitida pela maioria, que tal como a entrada na instituição, a fase depois da saída da instituição, é uma das fases mais dolorosas da sua vida pois deixam de ter apoio dos técnicos, que, pois embora muitas vezes possa não ter sido da melhor qualidade no seu percurso institucional, acabava por ser um ponto de referência que se extingue com a finalização do acolhimento. Ninguém da instituição procura saber se estão bem, ninguém os incentiva a não desistirem, ninguém lhes presta apoio quando precisam. É como se tivessem que esquecer a existência da casa onde viveram e cresceram. Assim, alerta-se para a necessidade das instituições apoiarem os jovens no seu percurso depois da saída da instituição, de forma a diminuir o impacto da saída de um pequeno sistema para um grande sistema, que é a sociedade, bem como para prosseguirem para um futuro risonho e de boas conquistas.

Apesar dos pontos negativos relativos às instituições, no seu geral, conclui-se que também foi claro o reconhecimento positivo por parte de todos os participantes quanto à vivência numa instituição. Os jovens apresentam gratidão face ao seu percurso de vida considerando que este os fortaleceu e definiu o que são atualmente, nomeadamente pelos valores adquiridos e também pelo facto de a instituição ter sido um grande suporte no que toca ao desenvolvimento cultural, académico e profissional. Referem que têm consciência de que não teriam todas essas conquistas e condições se tivessem ficado no seio familiar. Os resultados mostram-nos que todos os participantes apresentam projetos de vida, embora se tenha verificado que três deles estagnaram por falta de incentivo pessoal que não conseguem explicar. Os restantes, alguns já se licenciaram, outros estão a licenciar-se, a pós-graduar-se e outros encontram-se a trabalhar.

A desinstitucionalização de jovens e sua integração na comunidade continua a apresentar-se como um desafio contemporâneo renovado, devido à complexidade e multidimensionalidade da integração comunitária, social e laboral futura, oferecendo alternativas relacionais estruturantes e securizantes.

Daqui decorre a relevância da disseminação dos resultados no sentido de promover o processo de autonomização como prática corrente em Portugal, onde a institucionalização ainda é uma prática comum. A autonomização pode-se considerar-se um paradigma transformador se, transitar para a comunidade, for sinónimo de integração, ecologicamente ancorado e coerente em termos de presença, acessibilidade e participação em esferas sociais diversificadas.

Apesar das conclusões a que se chegou, é importante referir que este estudo teve as suas limitações que nos obrigam a considerar cuidadosamente os resultados obtidos. Uma das limitações está no número reduzido de participantes e destes serem todos jovens Ex-acolhidos; além disso, se a recolha de dados através de narrativa ajuda a criar empatia também se torna uma limitação devido, por um lado à desejabilidade social que esta relação pode provocar e, por outro, ao tempo que demora cada entrevista diminuindo o número de entrevistados.

Ainda assim e apesar das limitações referidas, espera-se que este breve estudo seja um incentivo para que as crianças e jovens que vivem ou viveram em instituições cultivem o amor-próprio, para que não desistam de si, para que deem significado às suas vivências como forma de se fortalecerem e vencerem na vida.

BIBLIOGRAFIA

- Alves, J. (2014). *Resiliência em Jovens abrigados*. Pontifícia Universidade Católica De Goiás.
- Araújo, R., & Mota, C. (2012). *Resiliência e autoconceito em jovens institucionalizados: qualidade da ligação a figuras significativas*. Univerdade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Retrieved from <http://hdl.handle.net/10348/2505>
- Ferra, C. (2010). *A institucionalização no feminino: que repercussões na reintegração*. ISMT. Retrieved from <http://repositorio.ismt.pt/handle/123456789/257>
- Gaspar, J. P. (2014). *Os Desafios da Autonomização: Estudo Compreensivo dos Processos de Transição para Diferentes Contextos de Vida, na Prespectiva de Adultos e Jovens Ex-Institucionalizados*. Universidade de Coimbra. Retrieved from [https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/25245/1/Tese João Pedro Gaspar.pdf](https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/25245/1/Tese%20Jo%C3%A3o%20Pedro%20Gaspar.pdf)
- Gaspar, M. (2011). *Adolescentes institucionalizados : aconselhamento vocacional. Um estudo exploratório*. Universidade de Coimbra. Retrieved from <http://www.psicologia.pt/teses/textos/TE0007.pdf>
- Martinez, A. L. M., & Soares-Silva, A. P. (2008). O momento da saída do abrigo por causa da maioridade: a voz dos adolescentes. *Psicologia Em Revista (Belo Horizonte)*, 14(2), 113–32.
- Mendes, E. A. S. (2011). *Redes Sociais Pessoais e Perceção da Qualidade de Vida das Crianças e Jovens Institucionalizados – O papel das Famílias Amigas*. Unirsidade do Minho. Retrieved from [http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/19229/1/Disserta - vers completa.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/19229/1/Disserta%20vers%20completa.pdf)

- Mota, C., & Matos, P. (2008). Adolescência e institucionalização numa perspectiva de vinculação 1. *Psicologia E Sociedade*, 20(3), 367–377. Retrieved from <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20n3/07.pdf>
- Pereira, D. T. (2016). *Desafios à (Des) Institucionalização de Crianças e Jovens : processos de autonomização e pós-acolhimento*. Universidade Católica Portuguesa. Retrieved from <http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/21788/1/Tese Daniela Pereira.pdf>
- Pires, S. (2011). *A Promoção da Autonomia em Jovens Institucionalizadas*. Escola Superior de Educação de Bragança. Retrieved from [https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/6856/1/A_Promoção da Autonomia em Jovens Institucionalizados.pdf](https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/6856/1/A_Promoção_da_Autonomia_em_Jovens_Institucionalizados.pdf)
- Quintãns, C. (2009). *Era Uma Vez a Instituição Onde eu Cresci : Narrativas de Adultos Sobre Experiências de Institucionalização*. Universidade do Minho. Retrieved from https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/9957/1/Tese_Final_Claúdia_Quintãns.pdf.pdf
- Sousa, R. E. P. (2015). *Desenvolvimento de competências de vida e os processos de autonomização em Lares de Infância e Juventude*. Universidade de coimbra. Retrieved from <http://hdl.handle.net/10316/31190>
- Vicente, B. (2009). *Desenvolvimento da Autonomia Sustentada de Jovens provenientes de Acolhimento Institucional: Projecto para o Desenvolvimento de Competências Emocionais e Operacionais para a Independência*. ISCTE. Retrieved from <http://hdl.handle.net/10071/1881>

ANEXOS

Antes da Institucionalização:

Como era a tua vida antes entrares na instituição?

Como era a relação com a tua família?

Com quem vivias?

Costumavas brincar? Se sim, que tipo de brincadeiras, quando brincavam,...?

Como eram as refeições? Comiam juntos?

Durante a Institucionalização:

Que idade tinhas quando foste viver para a instituição?

Durante quanto tempo viveste nessa(s) instituição(ões)?

Conta-me como foi o primeiro dia quando chegaste à instituição.

Diz-me porque que foste para a instituição.

Como te sentiste nos primeiros tempos da instituição?

Qual é o balanço que fazes do teu percurso na instituição? (Menciona três aspetos positivos e três aspetos negativos)

Depois da institucionalização:

Com que idade saíste da instituição?

Achas que estavas preparado para a vida fora da instituição?

Quem te acolheu quando saíste da instituição?

Achas que a instituição onde viveste criou condições para desenvolveres competências que promovam a tua autonomia? Se sim, em que medida? Se não, o que podia ter sido implementado?

O que aprendeste na instituição, que na tua opinião te será útil futuramente?

Qual é o teu projeto de vida pessoal e profissional?

O que estás a fazer neste momento para atingires esses objetivos?

Numa escala de 5 (sendo que 1 é mau e 5 é muito bom) onde colocarias o valor que a instituição teve na tua vida?

Avaliação da Sessão

A preencher pelo coordenador da atividade:

Instituição _____ :

Jovens ex-acolhidos presentes : _____

Número de utentes presentes : _____

Atividades:

A preencher pelos participantes:

Idade: _____

O que achou da 1ª atividade: Pouco interessante _____

Interessante _____

Muito Interessante _____

Comentário/Sugestão:

O que achou da 2ª atividade: Pouco Interessante _____

Interessante _____

Muito Interessante _____

Comentário/Sugestão:

Atividade 1: Debate Motivacional

Objetivos:

- Dar testemunho das histórias e conquistas alcançadas pelos jovens ex-acolhidos.
- Motivar os utentes institucionalizados a seguirem caminhos estruturantes
- Inculcar neles a necessidade de adotarem comportamentos conformes à vida na Instituição, o cumprimento de regras e o respeito pelos funcionários.
- Incentivar os jovens a não perderem a auto-motivação.
- Inculcar neles a valorização pessoal



Atividade 2: A árvore dos sonhos

Objetivos:

- Estimular os jovens para definirem o seu sonho ou profissão que desejam seguir.
- Incentivar os jovens a criarem estratégias ou adquirirem competências para a realização desse projeto.



Recursos:

Sessões	Recursos Humanos	Recursos Materiais
1- Debate Motivacional	<ul style="list-style-type: none">• Mestranda• Jovens Ex-acolhidos• Crianças e Jovens institucionalizados	<ul style="list-style-type: none">• Questionário de Avaliação
2- Árvore dos Sonhos	<ul style="list-style-type: none">• Mestranda• Jovens Ex-acolhidos• Crianças e Jovens intitucionalizados	<ul style="list-style-type: none">• Papel A4• Canetas• Questionário de Avaliação

Questões Ética: Procedeu-se ao pedido de autorização e ao compromisso junto dos responsáveis das Instituições, abordando a confidencialidade e o anonimato das respostas veiculadas, obtendo, assim, o consentimento informado.

Autorização

A instituição, _____, aceita o convite para participar de um estudo denominado “A institucionalização e a Desinstitucionalização: Histórias de vida de jovens ex-Acolhidos*”, que visa recolher histórias de vida dos jovens que viveram institucionalizados com o objetivo de compreender melhor as suas vivências e desafios.

Nesse sentido, autoriza a participação das suas crianças e jovens acolhidos, na realização de atividades previstas, com jovens ex-institucionalizados.

Data: ____ de _____ 2017

Assinatura do Diretor Técnico da Instituição

Muna Cabral

*título provisório

Declaração de Consentimento Informado

Eu, _____, fui convidado(a) a participar de um estudo denominado “A institucionalização e desinstitucionalização: Histórias de vida de jovens Ex-acolhidos”*, que tem como objetivo conhecer as percepções, atribuições e narrativas que os ex-acolhidos têm da vivência nas instituições. .

A minha participação no referido estudo é facultativa e se dará por entrevista e/ou grupo focal e posteriormente por duas atividades a realizar em Instituições de Acolhimento de Coimbra.

Estou ciente que a minha privacidade será respeitada, ou seja, a informação recolhida é confidencial e apenas será utilizada para os fins deste estudo.

Também fui informado que a participação é voluntária e como tal o entrevistado pode desistir a qualquer momento, sem precisar justificar.

É assegurada quaisquer esclarecimentos adicionais sobre o estudo junto à responsável.

Data: ____ de _____ 2017

Assinatura do sujeito de estudo

Muna Cabral

*título provisório

